



Mulheres e Igreja Católica: uma (im)possível aproximação por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Women and the Catholic Church: a (un)possible approximation through the Base Ecclesial Communities (CEBs)

Fernanda Lavinia Birck Schubert*
Joice Graciele Nielsson**

Resumo: O presente artigo busca avaliar a relação entre mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica, a partir do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), especialmente, na reabertura democrática no Brasil. O problema que orienta a pesquisa pode ser sintetizado na seguinte pergunta: É possível pensar uma aproximação das mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica no Brasil por meio das Comunidades Eclesiais de Base? Com base nos dados levantados a partir de um conjunto de pesquisas realizadas sobre o tema, que estão refletidas nas referências bibliográficas que dão sustentação ao presente estudo, é possível afirmar, como hipótese, que as Comunidades Eclesiais de Base, enquanto expressão da Igreja Católica na sua vertente mais popular, possibilitou a aproximação entre as mulheres trabalhadoras rurais e a própria Igreja, na medida em que possibilitou um espaço de questionamento das relações de dominação existentes também no campo, o que incluiu algumas questões de gênero. O objetivo geral do texto consiste em analisar as mudanças de postura da Igreja Católica diante das aproximações entre mulheres e Igreja Católica promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base. Os objetivos específicos do texto, que se refletem na sua estrutura em três seções, são: a) abordar a relação entre mulheres e Igreja Católica a partir de uma perspectiva histórica; b) estudar aspectos da Teologia da Libertação e do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e sua importância na aproximação da Igreja Católica com pautas sociais; c) analisar como se deu a mobilização das mulheres trabalhadoras rurais a partir da influência das Comunidades Eclesiais de Base. Trata-se de pesquisa qualitativa, sendo que o método de abordagem empregado foi

* Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, com bolsa CAPES/PROSUC. Pós-graduanda em Direito Previdenciário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Integrante do Grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (UNIJUÍ). Contato: fernanda_lbs@hotmail.com

** Doutora em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS-FURB, Mestrado em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - e do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Coordenadora da Pós-graduação Justiça Restaurativa e Mediação na mesma instituição. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Biopolítica (CNPq) e Pesquisadora Recém-Doutora FAPERGS. Contato: joice.gn@gmail.com



dialético. Como procedimento, a pesquisa se ampara no estudo bibliográfico e documental.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Igreja Católica. Comunidades Eclesiais de Base.

Abstract: This article seeks to evaluate the relationship between rural women workers and the Catholic Church, based on the emergence of Base Ecclesial Communities (CEBs), especially in the democratic reopening in Brazil. The problem that guides the research can be summarized in the following question: Is it possible to think of an approximation of rural working women and the Catholic Church in Brazil through the Base Ecclesial Communities? Based on the data collected from a set of research carried out on the topic, which are reflected in the bibliographic references that support this study, it is possible to state, as a hypothesis, that the Base Ecclesial Communities, as an expression of the Catholic Church in its most popular aspect, made it possible to bring women rural workers closer to the Church itself, insofar as it enabled a space for questioning the existing domination relations also in the field, which included some gender issues. The general objective of the text is to analyze the changes in the Catholic Church's attitude towards the approximations between women and the Catholic Church promoted by the Base Ecclesial Communities. The specific objectives of the text, which are reflected in its structure in three sections, are: a) to approach the relationship between women and the Catholic Church from a historical perspective; b) to study aspects of liberation theology and the emergence of Base Ecclesial Communities and its importance in bringing the Catholic Church closer to social guidelines; c) to analyze how the mobilization of rural women workers took place under the influence of the Base Ecclesial Communities. It is a qualitative research, and the approach method used was dialectical. As a procedure, the research is supported by bibliographic and documentary study.

Keywords: Rural women. Catholic Church. Base Ecclesial Communities.

Introdução

Este artigo pretende avaliar as relações de aproximação entre mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica, a partir do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), especialmente na reabertura democrática no Brasil. As CEBs, influenciadas pela Teologia da Libertação, ao atentarem aos interesses sociais e econômicos da população socialmente desprivilegiada e materialmente carente, promoveram, em certa medida, a reinvenção da Igreja Católica no âmbito rural brasileiro.

O artigo foi construído tendo por problema de pesquisa a seguinte pergunta: É possível pensar uma aproximação das mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica no Brasil por meio das Comunidades Eclesiais de Base?

Como hipótese inicial, levando-se em consideração os dados levantados a partir de um conjunto de pesquisas realizadas sobre o tema, refletidas na bibliografia que dá sustentação ao presente estudo, torna-se possível afirmar que as Comunidades Eclesiais de Base, enquanto expressão da Igreja Católica na sua vertente mais popular, possibilitou a aproximação entre as



mulheres trabalhadoras rurais e a própria Igreja, na medida em que possibilitou um espaço de questionamento das relações de dominação existentes também no campo, o que incluiu algumas questões de gênero.

Como objetivo geral, a pesquisa busca analisar as mudanças de postura da Igreja Católica diante das aproximações entre mulheres e Igreja Católica promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base. Para dar concretude ao objetivo geral, os objetivos específicos do texto, que se refletem na sua estrutura em três seções, são: a) abordar a relação entre mulheres e Igreja Católica a partir de uma perspectiva histórica; b) estudar aspectos da Teologia da Libertação e do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e sua importância na aproximação da Igreja Católica com pautas sociais; c) analisar como se deu a mobilização das mulheres trabalhadoras rurais a partir da influência das Comunidades Eclesiais de Base.

Quanto aos métodos e técnicas, trata-se, inicialmente, de pesquisa qualitativa, pois tem como propósito a compreensão do fenômeno de aproximação das mulheres trabalhadoras rurais e da Igreja Católica por meio das CEBs. O método de abordagem empregado foi dialético. Como procedimento, a pesquisa se ampara no estudo bibliográfico e documental.

Mulheres e Igreja Católica: perspectivas históricas

A desigualdade entre os sexos é, historicamente, um dos fundamentos das grandes religiões monoteístas, como o catolicismo. A hierarquia do masculino sobre o feminino foi – e ainda é – difundida como se fosse decorrência da natureza e, por consequência, criada por Deus. Essa hierarquização resultou num catolicismo clerical e macho, em que os homens detêm o acesso ao sacerdócio, ao latim, ao conhecimento e, por consequência, ao poder, ao saber¹ e ao sagrado. Essa estrutura reservou às mulheres – naturalmente pecadoras – a prece, os conventos das virgens consagradas e a santidade. Reservou-lhes, também, a certa altura, o fogo abrasante dos tribunais contra a heresia².

A Inquisição inaugurou os discursos de opressão e violência de gênero fundados na repressão do comportamento desviante feminino e surgem, justamente, na Inquisição. À época, às mulheres desviantes era atribuído um *vínculo diabólico* que traria risco à humanidade e, também, ao poderio do clero e da nobreza. Os inquisidores justificavam que os *atos de bruxaria* se relacionavam à inferioridade genética das mulheres³, conclusão a que se pode chegar a partir da

¹ “O saber é contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é o apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso.” PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 91.

² PERROT, 2019.

³ CARVALHO, Larissa Duarte de. **O tratamento de saúde mental de presas provisórias e os limites da razão**: história da Bárbara e possibilidades da Lei Antimanicomial. 2018. 161 f. Monografia (Graduação

leitura de trechos do *Malleus Maleficarum*, escrito em 1486, pelos dominicanos Kraemer e Sprenger, um livro que descrevia as feiticeiras, suas práticas e o que se devia pensar delas⁴.

À época, a justificativa para a perseguição das mulheres ditas como perversas⁵, residia no fato de elas serem, ao mesmo tempo, filhas e irmãs do diabo e, por isso, terem uma maior propensão a hesitarem na sua fé e comprometerem a humanidade. As raízes dessa tendência natural de desvio a que estavam submetidas as mulheres se encontram em uma das interpretações da criação de Adão e Eva no livro Gênesis da Bíblia, segundo a qual Eva teria sido criada depois de Adão e a partir dele⁶. Kramer e Sprenger se utilizam dessa interpretação para justificar a perseguição das mulheres:

[...] a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepiona e mente.⁷

Todo esse processo corroborou para a alocação das mulheres brancas no âmbito privado⁸, sendo que uma das justificativas para tanto era/é que, como a elas incumbe a *dádiva* de gerar vida, a decorrência natural é que devam permanecer no reduto do lar. Aos homens, por outro lado, seria inerente a ocupação de espaços públicos, onde é possível o exercício da autoridade⁹. Essa conformação influenciou o próprio Estado, já que a Igreja ocupou, durante muito tempo, esse espaço de poder, de modo a assegurar uma estrutura social desigual rígida¹⁰.

em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5791>. Acesso em: 27 abr. 2021.

⁴ KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015. Disponível em: <https://www.armazem3bruxas.com.br/images/ebooks/O-Martelo-das-Feiticeiras-Heinrich-Kramer.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁵ As mulheres eram acusadas por diversas condutas que, muitas vezes, se confundiam. Entre as principais acusações estavam a ofensa à medicina tradicional, na medida em que elas buscavam curar corpos por meio de práticas que envolviam o uso de ervas, além da suposta sexualidade desenfreada, ao passo que subvertiam as práticas sexuais ditadas pela Igreja, colocando-se ao lado de Lilith. PERROT, 2019.

⁶ Michelle Perrot explica que, segundo a versão original da Bíblia, homem e mulher teriam sido criados ao mesmo tempo. PERROT, 2019.

⁷ KRAMER; SPRENGER, 2015, p. 701-702.

⁸ É importante lembrar que a redução aos espaços privados da vida se dava às mulheres brancas. As mulheres indígenas, a partir dos processos de invasão da América Latina, e as mulheres negras, a partir dos processos de escravização, não eram poupadas do trabalho forçado e degradante, assim como de outras violações, como as sexuais, por serem mulheres. Essas mulheres eram, em verdade, consideradas como *não-mulheres*, já que não atendiam a um padrão de mulher universal, o que construiu padrões de feminilidade, direitos e obrigações diversos para cada mulher. SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Independently Published, 2019.

⁹ DONEDA, Perla Cabral Duarte. Mulheres, Religião e Poder: ensaios feministas. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 2, p. 81-95, 2018.

¹⁰ BEDIN, Gilmar Antônio. **A Idade Média e o nascimento do Estado moderno: aspectos históricos e teóricos**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.



No Brasil, a influência da Igreja sobre o Estado é latente desde o processo colonizatório, que se consolidou a partir de 1530. À época da colônia, essa interferência pode ser percebida por meio de legislações editadas pela Coroa, como a Lei de Liberdade dos gentios, uma Lei portuguesa de 1570 que, apesar de estabelecer a liberdade dos indígenas *domesticados* e submissos aos dogmas da religião católica, legitimou a denominada Guerra Justa, que permitia a escravização de indígenas não catequizados, *classificados* como canibais de índole guerreira¹¹.

Durante o período colonial, a Igreja assumiu relevante papel para a confirmação do poderio da Metrópole Portuguesa. Enquanto incumbia ao Estado a função administrativa, estando encarregado de estreitar laços entre a metrópole e a colônia, à Igreja cabia a educação dos homens, o que acarretava, também, o *controle das almas*. Boris Fausto explica que:

Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste 'vale de lágrimas' dependia de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão 'campo santo'.¹²

A história do Brasil a partir da sua invasão foi construída, portanto, atravessada pela confusão entre os encargos do Estado e da Igreja Católica, apesar de, teoricamente, esta última estar sob o domínio do primeiro, que pagava soldos e definia missões por meio do padroado. Isso se deu até a Proclamação da República, que reconheceu o caráter Laico do Estado e, assim, promoveu a separação entre Estado e Igreja – ao menos no âmbito legal¹³.

A separação das referidas instituições não foi suficiente, no entanto, para uma significativa mudança na estrutura social brasileira, que há muito era influenciada pelos dogmas da religião católica. A persuasão da mulher dentro do núcleo familiar continuou a ser difundida pelo catolicismo por meio das orações, por exemplo, que representariam, segundo Patrícia Martins, “[...] o momento de união com Deus, que manteria com as devotas, desde crianças, unificações pessoais. Também era defendida a ideia de que as preces femininas possuíam

¹¹ SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos. **A efetividade das medidas de proteção jurídica aos índios oriundos da tribo Mbyá-Guarani da aldeia Tekoa Koenju do Município de São Miguel das Missões – RS**. 2011. 172 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2011.

¹² FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 60.

¹³ KARAWEJCZYK, Monica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **Coisas do gênero**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2750>. Acesso em: 27 abr. 2021.

poderes pacificadores [...]”, o que fazia parte de um processo de formação religiosa cujo ápice se daria com a maternidade¹⁴.

No intuito de possibilitar a educação das mulheres e, ao mesmo tempo, preservar aquilo que se entendia por essência feminina, no Brasil da segunda metade do século XIX, surgiram diversas escolas religiosas e laicas (que seguiam, em regra, o mesmo padrão de conduta das congregações religiosas) destinadas ao atendimento exclusivo de meninas. Tais escolas contavam com disciplinas específicas que conduziam as meninas, em sua maioria, a tarefas domésticas, como costura, economia doméstica e culinária, de modo a assegurar que a mulher representasse, conforme Martins, “[...] a virtude, a tranquilidade e a ordem na família”¹⁵.

O início do século XX foi marcado pelo fortalecimento gradativo do movimento feminista e, para assegurar que as mulheres não fossem arrematadas por aquilo que Karawejczyk e Maia vão denominar de *mau feminismo*, a Igreja Católica passou a intervir na luta pela emancipação feminina e, como consequência disso, pelo sufrágio feminino no Brasil, o que pôde ser identificado durante os primeiros anos da década de 1920. O intuito dessa intervenção era expor os novos deveres que competiam às mulheres, para definir os rumos dessa emancipação, que era inexorável, e assegurar que a Igreja se mantivesse como instituição moralizante da sociedade¹⁶.

A partir da década de 1960, período posterior ao Concílio do Vaticano II, foi possível vislumbrar uma paulatina mudança na postura da Igreja Católica, que passou a dialogar com movimentos que até então rompiam, de certa forma, com a tradição da católica. Essa mudança inaugura um contexto de maior liberdade, em que a própria Igreja passou a considerar as “[...] várias formas de ‘ser católico’ (incluindo graus diferenciados de adesão às ‘normas da Igreja’) [...]”, e, ainda, “[...] o posicionamento diferenciado (e, em alguns casos, oposto) de setores distintos do clero e dos movimentos eclesiais, em relação a vários temas que acabam por ser incorporados ao universo e ao vocabulário religioso”, conforme Diego Silveira¹⁷.

No entanto, ainda se manifestava uma posição conservadora com relação às mulheres, por exemplo, com suas posições relativas ao controle sexual e especialmente reprodutivo e suas vinculações com a anticoncepção¹⁸. Neste sentido, verifica-se, portanto, que a desigualdade entre

¹⁴ MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Práticas e representações femininas do catolicismo à cultura letrada: o modelo civilizatório europeu sobre o Brasil, no início do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, Ano III, n. 8, p. 185-210, set. 2010, p. 189. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30354/15937>. Acesso em: 27 abr. 2021.

¹⁵ MARTINS, 2010, p. 19.

¹⁶ KARAWEJCZYK; MAIA, 2016.

¹⁷ SILVEIRA, Diego Omar da. Mulher, mãe e esposa: conservadorismo católico e representações do feminismo na imprensa católica mineira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 330-352, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000300330&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

¹⁸ NIELSSON, Joice Graciele. Planejamento Familiar e Esterilização de Mulheres no Brasil: a ambivalência entre a retórica dos direitos humanos e a prática do controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres.

homens e mulheres, a redução das mulheres ao espaço privado e a estipulação de padrões comportamentais sofreram forte influência da Igreja Católica que, durante longo período, funcionou como a instituição moralizadora da sociedade, a par e passo, muitas vezes, com a atuação do próprio Estado.

As mudanças mais significativas nessa estrutura se iniciaram na segunda metade do século XX e, apesar de inicialmente tímidas, foram importantes para a aproximação da instituição de pautas sociais até então desdenhadas. Nesse contexto, surgiram a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que serão objetos de abordagem do próximo tópico.

Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): a aproximação da Igreja Católica com pautas sociais

A Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram em meados das décadas de 1960 e 1970, em um contexto de crise econômica, política e social enfrentado na América Latina. Ambas tiveram influência da ascensão do Papa João XXIII, a convocação do Concílio Vaticano II e da Revolução Cubana de 1959, e foram marcadas por uma nova abordagem dos problemas sociais e da própria teologia¹⁹.

A Teologia da Libertação se desenvolveu dentro de um contexto de crise da própria Igreja Católica dentro da América Latina. Ela pode ser compreendida como resultado de uma práxis anterior e reflexão sobre essa mesma práxis, que se iniciou a partir do próprio conceito de pobre e/ou pobreza. Tal conceito foi desenvolvido, pela primeira vez, por Gustavo Gutierrez²⁰, e acarretou uma nova percepção, segundo Santos, em que: “o pobre deixa de ser visto individualmente (como infeliz, sofredor, pobre de espírito) e passa a pertencer uma coletividade social (os oprimidos, empobrecidos pelo sistema), superando assim, a filosofia personalista”²¹. Aguiar descreve a Teologia da Libertação como uma teoria que defende “[...] os interesses sociais e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes, [que] proclamou a ‘opção preferencial pelos pobres’”²². Está ligada, portanto, a ampliação da compreensão dos

Revista da Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte, v. 23, n. 45, p. 318-345, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Dani/Downloads/21990-Texto%20do%20artigo-86875-1-10-20200731.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

¹⁹ SANTOS, Irineia Maria dos. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação**: O caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000. 2006. 229 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

²⁰ Outros expoentes da Teologia da Libertação são/foram Clodovis Boff, Leonardo Boff, Enrique Dussel, Jon Sobrino. SANTOS, 2006.

²¹ SANTOS, 2006, p. 20.

²² AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição especial, p. 261-295, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/0>. Acesso em: 20 fev. 2021.

fatores que envolvem os problemas sociais e suas raízes sistêmicas, que não eram consideradas pelas políticas desenvolvimentistas e reformistas²³.

Essa teologia, enquanto fundamentação teoria, encontrou sua prática nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que são responsáveis, em certa medida, pela reinvenção da Igreja Católica. Elas funcionaram/funcionam como espaço de questionamento das relações de dominação e foram/são contrárias a qualquer tipo de opressão, o que incluiu/inclui as questões de gênero, que serão melhor abordadas a seguir²⁴.

Muitos autores consideram que as CEBs tiveram seu embrião em alguns movimentos sociais e religiosos que a antecederam: a catequese popular de Barra do Piraí, o Movimento de Natal, o Movimento da Ação Católica Brasileira e o Movimento de Educação de Base, este último com maior ênfase²⁵. Há, por outro lado, rumores de que o seu surgimento tenha ocorrido em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, ou em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. As CEBs foram se instalando, na maioria dos casos, em locais em que não havia sacerdotes, ou nos quais estes faziam raras aparições²⁶.

A gênese das CEBs passou, também, pela inserção das mulheres no âmbito da Igreja Católica. Apesar da aparente ambiguidade, na medida em que os discursos religiosos ainda difundiam, na segunda metade do século XX, a imagem da mulher mãe e rainha do lar, a carência pastoral nas paróquias, fortaleceu a atuação de religiosas nesses locais. Além delas, as mulheres da comunidade também passaram a ter presença popular ativa e protagonismo junto às CEBs, uma vez que o quadro do clero católico era insuficiente para suprir as necessidades²⁷.

Dadas as proporções de atuação e expansão das CEBs, as Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) que ocorreram em Medellín, na Colômbia, em 1968, e em Puebla, no México, em 1979²⁸, com o intuito de traçar possibilidade de aplicação das decisões do Concílio Vaticano II, salientaram a relevância das Comunidades Eclesiais de Base não apenas para expansão da fé, mas para a abertura de um caminho mais humano para a sociedade²⁹.

A partir da ratificação da importância das CEBs pelo âmbito internacional, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fez das Comunidades a opção prioritária da pastoral. Essa

²³ SANTOS, 2006.

²⁴ RIBEIRO, Lúcia. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). **Revista Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 5, n. 5, p. 225-242, out. 2003.

²⁵ PERALÍAS, Isabel Ortega. **Participação e autonomia das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base**. 2005. 146 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Filosofia e Teologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

²⁶ SANTOS, 2006.

²⁷ PERALÍAS, 2005.

²⁸ Quando da realização da Conferência de Puebla, as CEBs já haviam se espalhado pela América Latina. PERALÍAS, 2005.

²⁹ PERALÍAS, 2005.

aproximação com setores populares, no entanto, não teve apoio de toda a Igreja Católica. Apesar disso, as CEBs continuaram seu processo de interação social e articulação entre as próprias comunidades, o que culminou no surgimento dos Encontros Intereclesiais, cuja primeira edição aconteceu em 1975³⁰. Cabe ressaltar que a década de 1970 foi marcada pelo grande crescimento das CEBs, sobretudo no meio rural³¹.

Foi, portanto, nesse contexto Latino-Americano e, peculiarmente, brasileiro, que as CEBs se desenvolveram e fundaram um sólido espaço de discussão de problemas comuns da comunidade. Por essa característica, influenciaram o surgimento de movimentos populares de resistência e, pode-se dizer, por eles também foram influenciadas. A seguir, será realizada uma breve abordagem acerca da estreita relação entre as CEBs e os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Brasil, com o intuito de demonstrar essa aproximação.

Comunidades Eclesiais de Base e Movimentos de Mulheres Rurais

A construção de relações em sociedade que sejam pautadas na igualdade de gênero e no respeito à diversidade é, ainda, um desafio imbricado na contemporaneidade. Essas pautas encontram grande dificuldade de inserção no âmbito da Igreja Católica que, como visto no primeiro tópico deste artigo, sempre foi marcada por uma dimensão patriarcal. Apesar disso, alguns espaços possibilitaram/possibilitam a discussão dessas pautas e o questionamento das relações de dominação, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As CEBs construíram um importante espaço para participação feminina na comunidade e, rapidamente, foram ocupadas majoritariamente pelas mulheres³². No campo religioso, essas mulheres passaram a realizar tarefas como catequese, visita a doentes, cuidados das Igrejas, exercício de ministérios não-ordenados³³, sendo que esse último representou importante passo para a diminuição do abismo existente entre clérigos e leigos. Além disso, as CEBs propiciaram/propiciam às mulheres uma participação mais ativa em atividades não religiosas, como nos conselhos comunitários e nas associações de moradores, na organização de creches, farmácias caseiras, microempresas de produção artesanal, por exemplo, junto à comunidade em que estiverem inseridas³⁴.

³⁰ RIBEIRO, 2003.

³¹ AGUIAR, 2016.

³² Segundo Aguiar, alguns autores entendem que o fato de mulheres ocuparem as CEBs de forma majoritária pode acontecer “[...] por ser ele regulado por elementos ligados à religião, atividade que, com o advento da sociedade moderna, se tornou cada vez mais restrita à esfera privada, onde, tradicionalmente, é atribuído à mulher o cuidado prioritário da família, inclusive o cuidado espiritual [...]” AGUIAR, 2016, p. 264.

³³ Os ministérios não ordenados são atividades eclesiais que, em princípio, eram realizadas exclusivamente por clérigos, mas que vem sendo delegadas a pessoas leigas. Como exemplo, pode-se mencionar a Celebração da Palavra.

³⁴ RIBEIRO, 2003.

As vivências propiciadas pelas CEBs às mulheres possibilitaram/possibilitam sua inclusão em espaços de aprendizagem democráticos e experiências de trabalho coletivo. Além disso, permitiram/permitem que elas se reconheçam enquanto sujeitas inseridas na própria comunidade, conscientes do próprio valor e dos direitos que lhes cabem, sendo esses últimos relacionados, com destaque, à moradia digna, ao trabalho seguro, à educação, a melhores condições de vida³⁵. Acerca da importância da participação das mulheres nas CEBs, Ribeiro destaca que:

A participação na comunidade abre para as mulheres – especialmente para as que não têm uma inserção laboral extra doméstica – uma nova possibilidade: a participação na esfera pública. As próprias características das CEBs – ao enfatizarem a importância de uma participação ativa e de decisões realizadas de forma democrática – levam a uma tomada de consciência do valor de cada pessoa.³⁶

As Comunidades Eclesiais de Base, assim como as pastorais, funcionaram como uma mola propulsora para a organização das mulheres rurais no contexto de abertura política e redemocratização no Brasil³⁷. As CEBs propiciaram a transição das mulheres de uma esfera privada familiar e doméstica (da religião) ao engajamento nos espaços públicos (âmbito político), ocupados, tradicionalmente, por homens. Essa mudança possibilitou a experiência formativa para a inserção das mulheres na discussão política e a participação de lutas sociais³⁸.

As CEBs, enquanto expressões da Igreja Popular tiveram relevância, também, para que mulheres rurais realizassem um movimento combativo ao sindicalismo corporativista, representado pelo sistema CONTAG, que era rígido e burocrático e impossibilitava que elas se associassem, para a construção de um novo sindicalismo rural. Diante disso, as Comunidades incentivaram a organização das mulheres, como se percebe no relato de Luci Choinaski³⁹:

Fazíamos encontros dos municípios. Eram enormes, 2.000, 3.000 mulheres. Era o auge do movimento. As mulheres saíam de casa, com o apoio da Igreja, para questionar sua condição. Foi fantástico. Mas não havia mulheres com liberação, ou seja, pagas para fazer esse trabalho. Era tudo na base da militância e do espírito de sacrifício. Lembro que participava da direção e no período em que não

³⁵ RIBEIRO, 2003.

³⁶ RIBEIRO, 2003, p. 229.

³⁷ No Brasil, os anos que antecederam a Constituição de 1988 coincidiram com o período de redemocratização. Apesar de a década de 1980 ter ficado conhecida como a *década perdida*, em função da crise econômica enfrentada, o mesmo não se pode dizer sobre as mobilizações sociais, já que o período foi marcado pela sua retomada e seu fortalecimento, a exemplo do que foi protagonizado pelas mulheres trabalhadoras rurais. MALLMANN, Maria Izabel. **Os ganhos da década perdida**: democracia e diplomacia regional na América Latina. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

³⁸ AGUIAR, 2016.

³⁹ Luci Choinaski foi a segunda Deputada Estadual de Santa Catarina, eleita em 1986. Em 1990, foi a primeira mulher catarinense a ser eleita Deputada Federal e, também, a única mulher Constituinte daquele Estado. PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 37-62.



tinha muito trabalho na roça fazia uma agenda de ida aos municípios e regiões para discutir a organização das mulheres, sua situação e levar também as propostas políticas que já tínhamos no movimento. Cada município dava uma contribuição, pagava passagem; a hospedagem era na casa de companheiras. De uma comunidade íamos para outra e assim era a organização⁴⁰.

Todos esses processos de questionamento das condições sociais em que estavam inseridas aquelas que viviam no campo, alimentados pelas CEBs, fizeram emergir no país todo diversos movimentos de mulheres rurais, a exemplo do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), fundado em Santa Catarina no ano de 1983, e das Mulheres da Roça, organização criada em 1986 no Rio Grande do Sul⁴¹.

Esses movimentos de mulheres trabalhadoras rurais passaram, além de questionar suas ausências nos sindicatos, a reivindicar seu reconhecimento como trabalhadoras, e não como esposas de agricultores, assim como exigir a previsão constitucional de direitos de previdência social e de titularidade da terra, o que foi reconhecido na Constituição Federal de 1988⁴².

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) foram, portanto, uma expressão da Igreja popular no Brasil que constituíram importante meio de construção de uma experiência formativa às mulheres rurais, de modo a levá-las a contestar sua própria condição social. Foram responsáveis, também, pelo impulsionamento do engajamento dessas mulheres nos espaços públicos, cujo protagonismo, até então, era reservado aos homens. Pode-se dizer, assim, que corroboraram para o delineamento de novas formas de socialização das mulheres e para o surgimento de movimentos sociais como aqueles protagonizados pelas mulheres trabalhadoras rurais.

Apesar disso, a aproximação das mulheres com as CEBs e as pastorais, expressões da Igreja popular no Brasil, não foi suficiente para anular algumas regras de conduta e expectativas sociais historicamente construídas e fomentadas pela Igreja, como aquelas relacionadas à maternidade⁴³. Nesse sentido, Schaaf assevera que:

Antagonismos podem ser observados, por exemplo, no que diz respeito à influência da Igreja Popular na construção do movimento. O âmbito religioso potencializa as pequenas agricultoras para a ação social, sendo o lugar feminino

⁴⁰ CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 225-239, p. 227.

⁴¹ AGUIAR, 2016.

⁴² DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=Isso%20aconteceu%20principalmente%20por%20garantir,classe%20e%20g%C3%AAnero%20quest%C3%B5es%20incompat%C3%ADveis. Acesso em: 21 jan. 2021.

⁴³ SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 5, n. 10, p. 412-442, jul./dez. 2003.

por excelência. Contudo a Igreja destacou a importância da 'maternidade pública', sem resolver o antagonismo desta com a 'maternidade privada'. A Virgem Maria é uma importante referência de identidade para as agricultoras, tanto para sua atuação no âmbito privado como no público, mas certamente apresenta contradições para elas⁴⁴.

Logo, apesar da relação inicial com a Igreja popular e da proximidade com as religiosas que se faziam presentes nas Comunidades, na medida em que as mulheres rurais aprofundavam seus questionamentos na ordem da afetividade, da sexualidade e dos relacionamentos amorosos e seus conflitos, houve um tensionamento com as religiosas, mesmo aquelas que se mostravam mais progressistas. Essa resistência pôde ser vislumbrada, por exemplo, no Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA⁴⁵.

Considerações Finais

O presente artigo teve, como intento, avaliar a relação entre mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica, a partir do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), especialmente, na reabertura democrática no Brasil e foi pautado pelo problema de pesquisa que pôde ser sintetizado na seguinte pergunta: É possível pensar uma aproximação das mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica no Brasil por meio das Comunidades Eclesiais de Base? Em busca dessa resposta, a produção foi dividida em três tópicos, que serão retomados a seguir.

Ao buscar as raízes históricas das relações entre mulheres e Igreja Católica, verificou-se que a desigualdade entre homens e mulheres, a redução das mulheres ao espaço privado e a estipulação de padrões comportamentais foram influenciados pela Igreja Católica que, durante longo período, funcionou como a instituição moralizadora da sociedade, a par e passo, muitas vezes, com a atuação dentro do próprio Estado.

As mudanças mais significativas nessa estrutura se iniciaram na segunda metade do século XX e, apesar de inicialmente tímidas, foram importantes para a aproximação da instituição de pautas sociais até então desdenhadas. A partir desse contexto é que se pôde abordar o surgimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se desenvolveram e propiciaram a construção, respectivamente, de uma teoria e de um sólido espaço de discussão de problemas comuns da comunidade. Por essa proximidade com a população inserida na vulnerabilidade, influenciaram o surgimento de movimentos populares de resistência e, pode-se dizer, por eles também foram influenciadas.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), enquanto expressão da Igreja popular no Brasil, constituíram importante meio de construção de uma experiência formativa às mulheres trabalhadoras rurais, de modo a levá-las a contestar sua própria condição social. Foram

⁴⁴ SCHAAF, 2003, p. 438-439.

⁴⁵ PAULILO; SILVA, 2010.



responsáveis, também, pelo impulsionamento do engajamento dessas mulheres nos espaços públicos, cujo protagonismo, até então, era reservado aos homens. Pode-se dizer, assim, que corroboraram para o delineamento de novas formas de socialização das mulheres e para o surgimento de movimentos sociais como aqueles protagonizados pelas mulheres trabalhadoras rurais.

É fato que ocorreu um tensionamento entre as mulheres trabalhadoras rurais e as religiosas que faziam parte das CEBs com o passar do tempo e avançar dos debates, especialmente, quando esses envolviam questionamentos na ordem da afetividade, da sexualidade e dos relacionamentos amorosos e seus conflitos. Apesar disso, é possível destacar a importância da aproximação entre as mulheres trabalhadoras rurais e a Igreja Católica por meio das CEBs, na medida em que essa relação possibilitou um pontapé inicial nos questionamentos das relações autoritárias que atravessavam essas mulheres em diferentes âmbitos da vida cotidiana, e na construção de um espaço público que lhes é próprio.

Referências

AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição especial, p. 261-295, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/0>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BEDIN, Gilmar Antônio. **A Idade Média e o nascimento do Estado moderno**: aspectos históricos e teóricos. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

CARVALHO, Larissa Duarte de. **O tratamento de saúde mental de presas provisórias e os limites da razão**: história da Bárbara e possibilidades da Lei Antimanicomial. 2018. 161 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5791>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 225-239.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=Isso%20aconteceu%20principalmente%20porque%20garantir,classe%20e%20g%C3%AAnero%20quest%C3%B5es%20incompat%C3%ADveis. Acesso em: 21 jan. 2021.

DONEDA, Perla Cabral Duarte. Mulheres, Religião e Poder: ensaios feministas. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 2, p. 81-95, 2018.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.



- KARAWEJCZYK, Monica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. **Coisas do gênero**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2750>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015. Disponível em: <https://www.armazem3bruxas.com.br/images/ebooks/O-Martelo-das-Feiticeiras-Heinrich-Kramer.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- MALLMANN, Maria Izabel. **Os ganhos da década perdida: democracia e diplomacia regional na América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Práticas e representações femininas do catolicismo à cultura letrada: o modelo civilizatório europeu sobre o Brasil, no início do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, Ano III, n. 8, p. 185-210, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30354/15937>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- NIELSSON, Joice Graciele. Planejamento Familiar e Esterilização de Mulheres no Brasil: a ambivalência entre a retórica dos direitos humanos e a prática do controle reprodutivo sobre o corpo das mulheres. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v. 23, n. 45, p. 318-345, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Dani/Downloads/21990-Texto%20do%20artigo-86875-1-10-20200731.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 37-62.
- PERALÍAS, Isabel Ortega. **Participação e autonomia das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base**. 2005. 146 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências da Religião) – Departamento de Filosofia e Teologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- RIBEIRO, Lúcia. Nos meandros da caminhada: a questão de gênero nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). **Revista Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 5, n. 5, p. 225-242, out. 2003.
- SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos. **A efetividade das medidas de proteção jurídica aos índios oriundos da tribo Mbyá-Guarani da aldeia Tekoa Koenju do Município de São Miguel das Missões – RS**. 2011. 172 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2011.
- SANTOS, Irineia Maria dos. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação: O caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000**. 2006. 229 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 5, n. 10, p. 412-442, jul./dez. 2003.



SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently Published, 2019.

SILVEIRA, Diego Omar da. Mulher, mãe e esposa: conservadorismo católico e representações do feminismo na imprensa católica mineira. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 330-352, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000300330&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

[Recebido em: abril de 2021 /
Aceito em: junho de 2021]